

Luta de Classes

Pela reconstrução
da 4ª Internacional

IMPRESA
R\$ 5,00
OPERÁRIA

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)

Crédito: Internet



Crédito: Internet

Greve dos Metalúrgicos em São Paulo (esquerda) e greve geral na Grécia (direita)

Uma nova situação se anuncia na luta de classes

O DIEESE acaba de publicar o balanço do número de greves de 2012: Foram realizadas 873 greves, o ano com o maior número de greves desde 1996 (16 anos atrás)! Além disso, o número de horas paradas atingiu a cifra de 86.900, a maior desde 1990! Sim, a classe trabalhadora voltou a mostrar seus músculos no momento em que a inflação começa a voltar à cena econômica e as medidas que Dilma tomou – desoneração da folha, redução de impostos, intervenção no câmbio – se voltam contra o pretendido objetivo.

No âmbito deste editorial não nos cabe analisar a fundo tal “fenômeno”. Apenas é preciso lembrar que a crise internacional continua a crepitar forte. “The Economist”, refletindo isso, chama os líderes políticos europeus de “sonâmbulos”, publicando uma charge onde caminham em direção a um abismo sem vê-lo. Esta crise atinge o Brasil e tem seus reflexos na luta cotidiana da classe trabalhadora.

A Esquerda Marxista se orienta pela necessidade da classe

Há uma exacerbação da luta política. Passando pelo julgamento da AP 470 (apelidada pela imprensa de “mensalão”), levando a crise entre o Câmara dos Deputados e o STF (ver artigo nesta edição do JLC - pág. 2 a pag. 4), tendo sua continuidade nos discursos raivosos do congresso do PSDB e na crise entre PT e PMDB.

A Esquerda Marxista não se move por estas e outras posições tomadas pelos partidos e pelos dirigentes sindicais e partidários. Ela se move buscando atender a necessidade da classe operária e dos oprimidos, no Brasil e no mundo, de se organizarem para combater por seus direitos ameaçados cada vez mais num

mundo em crise econômica. Ela toma suas posições e se organiza visando ajudar os trabalhadores na sua luta pelo socialismo, na sua tomada de consciência de que é necessário suplantar o capitalismo e estabelecer uma nova forma de organização social no mundo inteiro.

O que há de novo em nossas ferramentas de comunicação

O Boletim Semanal e o Blog, de forma diferenciada, cumprem o papel de agitação e de divulgação das últimas notícias da luta de classes. O Jornal, o site e a revista são instrumentos de formação política. A principal deliberação que tomamos no último período foi exatamente a de garantir a periodicidade desses instrumentos. O nosso jornal assume também um caráter de instrumento de formação política. Assim, com 20 páginas, ele passa a ter uma periodicidade bimestral (sairá todo dia 1º dos meses pares do ano – fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro). O seu valor será de R\$ 5,00 (cinco reais) e a assinatura anual será no valor de R\$ 30,00 (Trinta reais). Todo assinante o receberá via correio e o boletim Foice e Martelo, por e-mail. A assinatura poderá ser feita pela internet, por cartão de crédito ou débito, na livraria Marxista (www.livrariamarxista.com.br).

Convidamos todos os nossos leitores e atuais assinantes a continuarem conosco e, para aqueles que desejarem ter uma relação mais próxima conosco, entrem em contato (contato@marxismo.org.br).

Comissão Executiva da Esquerda Marxista

www.marxismo.org.br



QUEM SOMOS E PELO QUE LUTAMOS?



A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskó e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, como a intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em “raças”. Com a Juventude Marxista – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando as lutas pelo passe-livre, pelo ensino público e gratuito, com vagas para todos nas universidades públicas.

Lutamos no interior do Partido dos Trabalhadores para que ele rompa com a burguesia e constitua um governo socialista dos trabalhadores, apoiado nas organizações sindicais e populares como a CUT, UNE e MST. Desta forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis a sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado, a luta pelo socialismo.

Sinais de crise nas cúpulas: STF x Câmara dos Deputados

Este artigo explica as origens da crise entre o STF e a Câmara de Deputados e discute a enfermidade profunda que corrói a sociedade capitalista e divide a classe dominante. Explica como as ações do STF são uma forma de aprofundar, de outra maneira, o atual regime bonapartista que já vive o Brasil com seu Congresso bastardo e desmoralizado. Desnuda as falsas perspectivas que orientam tanto os que pretendem reformar o capitalismo bem como os sectários ultraesquerdistas.

*Serge Goulart

serge@marxismo.org.br

Incapaz de resolver a situação econômica internacional a não ser preparando outra e ainda maior crise, a burguesia perde a cada dia qualquer legitimidade social para governar. Mas ela se aferra, como classe, aos seus privilégios arrancados com suor e sangue da classe trabalhadora. A resistência da classe trabalhadora leva essa situação a um impasse.

Para a burguesia brasileira e internacional é inaceitável que num quadro de recessão profunda na Europa e Estados Unidos, de desaceleração (leia-se mergulho lento na crise) na China, Índia, Brasil, etc., os trabalhadores tenham continuado nos

últimos anos a impor na arrasadora maioria dos Acordos Coletivos Anuais, reposições e ganhos reais acima da inflação. Os capitalistas precisam baixar o custo do trabalho e as conquistas trabalhistas contrariam esses esforços.

A classe dominante se divide entre continuar a busca de colaboração de classes com os dirigentes operários ou partir para o enfrentamento e esmagar a própria existência das organizações de classe para poder superexplorar os trabalhadores.

Essa é a origem da crise política e suas consequências são muito importantes para a tática dos revolucionários, o futuro dos trabalhadores e da humanidade.

Os choques entre as classes dominantes no Brasil

No Brasil, a crise atinge as instâncias maiores do estado burguês, divididas sobre como enfrentar a atual situação política e econômica



Dois Ministros do STF: de frente Marco Aurélio, Joaquim Barbosa, de costas

internacional de recessão e falta de perspectivas. Ela se manifesta na indistigável vontade do STF e seus aliados de governar tutelando a nação como um poder totalitário.

Cinicamente, o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, declarou à imprensa: “Nós temos um sistema em que se verifica o primado do Judiciário. A última palavra não cabe ao setor político, cabe ao Judiciário, o órgão de cúpula. O guarda da Constituição é o Supremo.” (www.estadao.com.br/noticias/nacional,ministros-do-stf-criticam-proposta-de-submeter-decisoes-da-corte-ao-congresso,1025075,0.htm). Ou seja, segundo o ministro Marco Aurélio, é o STF quem decide quem manda no país!

No julgamento da AP470 (o dito “mensalão”) o STF esqueceu as regras mínimas de sua própria justiça, condenando sem provas e inventando acusações, agora o STF esquece as regras básicas da democracia política de que todo poder emana do

Crédito: Internet



povo que o delega aos seus representantes eleitos!

Exemplos de como o STF pretende ele próprio governar sobre todos são explícitos em declarações do deputado Fonteles (PT-PI): “Na Lei dos royalties do petróleo... Carmem Lúcia e Fux interrompeu o regimento aqui. Se eu fosse presidente desta Casa ou do Congresso, eu aposto que se eles fizessem isso, mandava prendê-lo. E depois abria processo de impeachment, que é isso que está na Constituição.” (Congresso em Foco, 29/04/2013).

Ao comentar a suspensão da vo-

Em qualquer hipótese, na democracia republicana, apesar de tudo, afastar, submeter o legislativo aos outros poderes é simplesmente entrar no caminho da Ditadura

tação do projeto que limita a distribuição do Fundo Partidário e dificulta as siglas de aluguel, Fonteles disse: “Um ato desse, por exemplo, que o Gilmar Mendes fez aqui, de entrar aqui com uma medida interrompendo uma lei [um projeto de lei], eu não pensava duas vezes. Não é um atentado ao poder? Claro que primeiro você teria que alertá-lo, mas, se ele reiterasse, é isso (deveria ser preso). E entrava com processo de impeachment no Senado contra ele”.

O caminho da ditadura disfarçada

A república democrática, mesmo esta farsa que vivemos no Brasil, significa que os deputados eleitos são os representantes do povo e, portanto, os deputados têm a palavra final sobre tudo o que acontece politicamente na nação. Mesmo que na maior parte eles sejam eleitos com métodos que são uma fraude. Mas, compete ao povo, aos

que elegem, decidir e mudar isso. Enquanto a classe trabalhadora não conquistar na luta o direito de ter verdadeiras instituições representativas de seus anseios é, na democracia republicana, através dos partidos e seus representantes eleitos que sua vontade se expressa, mesmo que de uma maneira deformada.

Em qualquer hipótese, na democracia republicana, apesar de tudo, afastar, submeter o legislativo aos outros poderes é simplesmente entrar no caminho da Ditadura. Especialmente se assume o controle um poder não eleito, mas delegado, composto de burocratas burgueses encarregados de disciplinar os trabalhadores na ordem capitalista, o STF.

Os socialistas que combatem pela República dos Conselhos sabem diferenciar um regime do outro e sabem muito bem que este caminho (governo totalitário do Judiciário ou do Executivo) é a verdade da reação e do esmagamento do movimento operário.

Este conflito “entre poderes”, como é apresentado pela imprensa, é a forma política de como se expressa a divisão entre a burguesia, que atinge o próprio aparelho de Estado com suas diversas frações mafiosas e submetidas aos interesses do capital.

A origem da crise entre STF e Câmara foi a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara de Deputados da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 33/11), do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), a qual prevê que o Congresso Nacional referende as súmulas vinculantes, as ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e as ações declaratórias de constitucionalidade (ADC) emitidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto também amplia de seis para nove o número mínimo de ministros do STF necessário para declarar a inconstitucionalidade de normas. Isso provocou uma reação furiosa dos ministros

Crédito: Luiz Macedo



Deputado Fonteles do PT do Piauí, autor da PEC 3

do STF, da burguesia e da mídia burguesa reacionária.

Onze homens e um golpe

O ministro Gilmar Mendes também saiu em combate contra a democracia tentando confundir a opinião pública: “Eles (Legislativo) rasgaram a Constituição. Se um dia essa emenda vier a ser aprovada, é melhor que se feche o Supremo Tribunal Federal”.

E Gilmar Mendes tenta confundir a opinião pública invertendo papéis. Ele se refere à ditadura de Vargas como se o governo de um homem fosse o mesmo que o governo de um Congresso de deputados eleitos. Diz o ministro: “Na nossa memória constitucional, isso evoca coisas tenebrosas, nós temos precedente na Constituição de [19]37, chamada Polaca, em que o presidente da República (...) podia cassar decisões do Supremo e confirmar a constitucionalidade de leis declaradas inconstitucionais”. A verdade é que o governo dos onze homens, não eleitos, do STF se parece muito mais com o governo de um homem do que com a supremacia de

um Congresso de deputados. Gilmar Mendes é aquele que denunciou escutas em seu gabinete e nunca mostrou as provas nem indícios ou coisa alguma, depois denunciou Lula que estava presente na reunião, e é insuspeito de gostar do PT.

Já o Procurador-geral da República, Roberto Gurgel, outro reacionário fanático, a decisão “causa perplexidade do ponto de vista constitucional”. “Na verdade, aí se está vendo algo que não parece casar muito bem com a harmonia e independência entre os poderes”.

Joaquim Barbosa, o ministro que declarou que o Congresso tinha que cassar os deputados condenados sumariamente porque o STF os havia condenado, não ficou vermelho em declarar: “Separação de poderes não é uma noção abstrata. Faz parte do direito de todos os cidadãos. Integra o conjunto de mecanismos constitucionais pelos quais um poder contém ou neutraliza os abusos do outro”.

O líder do PSDB, deputado Carlos Sampaio (SP), que assinou um dos



Boleto de Assinatura. Deposite e envie por carta, e-mail ou entregue a um militante

Nome: _____
Endereço - Rua (Avenida): _____
Nº _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
CEP: _____ E-mail: _____
Telefone: (____) _____ Cel: (____) _____ Data: ____/____/____
Agência de origem do depósito: _____ ou nº do depósito: _____

ASSINE: LutadeClasses

Distribuição interna aos filiados do PT - 6 n.ºs R\$ 30,00 - 6 n.ºs solidário R\$ 60,00
Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01020-000; Fone: (11) 3101-8810
Banco do Brasil; Ag: 1196-7; CC: 30759-9; Instituto Marx & Engels de Est. e Pesq. do Trab.
jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br - Diretor: Serge Goulart - Editor: Leo Tartarano



mandados de segurança para suspender a tramitação da PEC, declarou que ela “afronta a autonomia da mais alta corte judicial do país”. Segundo ele “A PEC é uma aberração. O Legislativo não pode atropelar as atribuições do Judiciário. A separação dos Poderes é cláusula pétrea intocável”.

E as organizações profissionais do Judiciário se apressaram a cerrar filas em defesa de sua própria autoarrogada autoridade. Isso não é de estranhar, pois em todo o país são eles, em aliança firme com os procuradores, que se encarregam de criminalizar os movimentos populares transformando as lutas e reivindicações, ou seja, a luta de classes, em casos de polícia.

Em nota, os juízes se pronunciam: “Os magistrados brasileiros esperam que a PEC 33/2011 e todas as demais

Os socialistas que combatem pela República dos Conselhos sabem diferenciar um regime do outro e sabem muito bem que este caminho (governo totalitário do Judiciário ou do Executivo) é a vereda da reação e do esmagamento do movimento operário

propostas que enfraquecem os poderes constituídos sejam rejeitadas e definitivamente arquivadas, ante os riscos para a democracia, para o respeito aos direitos fundamentais e para o aperfeiçoamento das instituições”, afirma o texto, assinado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Numa clara mostra de que a questão atinge profundamente todo o aparelho de Estado, até o presidente da República em exercício, Michel



Plenário do Supremo Tribunal Federal e seus 11 Ministros

Temer, entrou em combate e declarou: “Eu lamento até dizer isso, mas acho que houve uma demasia. A palavra última há de ser sempre a do Poder Judiciário, especialmente em matéria de constitucionalidade e vinculação de uma determinada decisão para os tribunais inferiores”.

O extraordinário é o silêncio de Dilma sobre a questão. Fazendo papel de Bonaparte, acima das classes e suas frações, a presidente da República eleita pelo principal partido operário do país e que tem seus dirigentes ameaçados pelo STF, ela não tem nada a dizer. Ou talvez não saiba o que dizer ou que lado defender.

Assim como Lula, sempre tão eloquente, e agora tão mudo. Assim como a bancada de deputados do PT que, em vez de sair em defesa de Fonteles, limitou-se covardemente a emitir uma nota onde apenas explica o que foi votado. Sem dar opinião alguma, como é típico de vassallos.

O STF pisoteando a democracia e a história

O que diz a Constituição é: “Art. 1.º, Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

E no “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da

lei, mediante: plebiscito; referendo; iniciativa popular”.

Ora, o STF nunca foi eleito pelo povo. Ele é uma delegação do Congresso, ou mais especificamente, indicado pelo Executivo e aprovado ou não pelo Senado. Estes ministros e seus apoiadores estão rasgando a Constituição e atirando na lata do lixo a grande ideia da Revolução Francesa de que todo poder emana do povo.

Eles se orgulhavam da democracia, de seus grandes homens da história, formalmente se orgulhavam de suas próprias grandes revoluções burguesas, da grande revolução francesa, das grandes revoluções norte-americanas de Washington, Jefferson e Abraão Lincoln. Agora eles pisoteiam tudo isso. O medo da revolução, sua incapacidade de conquistar e manter bases sociais de massa os conduz à confusão, à divisão e à ditadura. Cada vez mais o Estado Burguês se apresenta como é em sua verdadeira essência “Um bando de homens armados” (Frederic Engels) a serviço da manutenção da exploração da minoria capitalista sobre as classes trabalhadoras.

Eles jogam na lama o famoso “Discurso de Gettysburg”, de Abraham Lincoln, que declarou, em plena guerra civil contra a escravidão que: “Cumpramos, antes, a nós os vivos, dedicamos-nos hoje à obra inacabada até este ponto tão insig-

nemente adiantada pelos que aqui combateram. Antes, cumpramos, a nós os presentes, dedicamos-nos à importante tarefa que temos pela frente – que estes mortos veneráveis nos inspirem maior devoção à causa pela qual deram a última medida transbordante de devoção – que todos nós aqui presentes solenemente admitamos que esses homens não morreram em vão, que esta Nação, com a graça de Deus, renasça na liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo, jamais desapareça da face da terra”. (Abraham

Este conflito ‘entre poderes’, como é apresentado pela imprensa, é a forma política de como se expressa a divisão entre a burguesia, que atinge o próprio aparelho de Estado com suas diversas frações mafiosas e submetidas aos interesses do capital

Lincoln, 19/11/1863)

Como pode haver “o governo do povo, pelo povo e para o povo” em que a “última palavra” não é dos representantes eleitos, mas de onze representantes eleitos, mas de onze homens que receberam uma delegação de um poder eleito?



Faltam Fonteles no Congresso Nacional

O companheiro Fonteles declarou frente a tudo isso, que os ministros do STF deviam ser presos. Mas, o bastardo Congresso brasileiro não tem os Fonteles necessários para o combate.

O presidente da Câmara considerou normal que o ministro Toffoli, do STF exija informações da Câmara sobre a PEC 33 e dê um prazo de 72 horas para que o presidente da Câmara responda. E ainda afirmou que não instalará a comissão especial para tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição): “A decisão da CCJ realmente foi inusitada. Surpreendeu a todos. Pedi um levantamento sobre o aspecto jurídico da questão, mas, certamente, a comissão especial, [eu] não vou instalar enquanto não tiver uma definição muito clara de que é o respeito, a harmonia de poderes, cada um ocupando seu espaço segundo as normas constitucionais”.

Ou seja, se ajoelha frente ao ministro do STF, ataca a própria CCJ da Câmara e ainda diz claramente que vai esperar para receber orientação dos que efetivamente mandam e vão decidir no final se é o STF ou o Congresso que “manda” na nação.

Já o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), reagiu à decisão de Gilmar Mendes de suspender, através de liminar, a votação do projeto de lei que limita a distribuição do Fundo Partidário e dificulta as siglas de aluguel. Segundo Renan Calheiros “O papel do Legislativo é zelar pela sua competência. Da mesma forma que nós nunca influenciaremos decisões do Judiciário, não aceitamos que o Judiciário influencie nas questões legislativas. Nós consideramos isso uma invasão e vamos entrar com agravo regimental”. Ou seja, reage verbalmente e depois vai pedir (agravo regimental no STF) que o próprio STF que “invadiu” decida se isso é uma invasão ou não. Típico e digno da burguesia brasileira e seus representantes políticos. São incapazes de defender até mesmo suas próprias instituições.

Aliás, um traço da maioria dos de-

putados do PT e do PC do B no Congresso. Até agora só há um Fonteles, de fato, por lá.

O marxismo e a luta pelas liberdades democráticas e o socialismo

Os socialistas lutam contra o totalitarismo. Contra a ditadura lutamos pela democracia e pelo socialismo. Nesta crise nossa posição é clara contra o STF e em defesa da revolução socialista para substituir todas estas instituições podres, STF, Executivo e Congresso pelas instituições verdadeiramente representativas das classes



A edificação do socialismo

trabalhadoras estabelecendo a República Socialista dos Conselhos. Na luta contra o governo dos conspiradores que criminalizam a luta de classes nós somos incondicionais na defesa das liberdades democráticas. O que em nada significa comprometer-se ou defender o bastardo e vassallo, corrompido e vendilhão Congresso Nacional. É na luta de classes, na mobilização independente da juventude e da classe trabalhadora que está a saída para este país e seu povo tão sofrido. Não haverá saída através das atuais instituições e suas representações.

A crise econômica que chega vai se

aprofundar. As medidas do governo só fazem postergar e incubar a explosão de uma crise muito maior. A crise política e os choques entre as frações das classes dominantes vão continuar e se amplificar.

Os reformistas dirigentes do movimento dos trabalhadores vão perdendo oxigênio e já não sabem, direito o que dizer ou fazer. Uma parte deles está inclusive diretamente ameaçada por um setor da burguesia furiosa. Eles creem que podem chegar a um acordo com todos os setores das classes dominantes, mas estão completamente iludidos.

Os grupos sectários e que perde-

Crédito: Internet

pital que qualquer outro governo conhecido. Havia apoiado a guerra imperialista da burguesia da Alemanha em 1914, havia matado Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em 1919, e em 1923 se aliou aos fascistas dos “Frei Korps” e ao exército do Kaiser para afogar em sangue a revolução e os Conselhos operários que se estendiam pela Alemanha.

Festejar a decisão do STF contra o PT equivale ao que fez o PC Alemão, em 1931, de se aliar com o partido Nazista em um referendo para derrubar o governo do SPD. O SPD venceu o referendo, mas todos sabem o que veio depois. Aos gritos de “Socialdemocracia é irmã gêmea do fascismo” o PCA organiza a divisão do proletariado e prepara a vitória de Hitler. Este chega ao poder e esmaga, massacra tanto o SPD quanto o PCA. O PCA nunca mais se refez dessa derrota causada por sua política ultraesquerdista ditada por Stalin. Por sorte no Brasil os ultraesquerdistas não significam muito no movimento operário e não podem fazer grande dano. Mas podem envergonhar e desmoralizar seus honestos militantes.

Já os reformistas da direção do PT que se recusam a combater podem acordar na cadeia como um bêbado acordando de ressaca sem entender onde foi parar em suas fantasias durante a noite.

Conhecer o desenvolvimento exato da situação econômica e política é impossível. Os fatores da luta de classes têm ritmo e velocidade próprios. O importante é prever as perspectivas, para onde vai e como vai a situação. Esta é a tarefa dos marxistas enquanto organizam os trabalhadores e a juventude.

A sociedade capitalista e as instituições no Brasil começam a se desagregar, a fissurar. É por entre estas fissuras que vai entrar a classe trabalhadora para dizer o que pensa de tudo isso e fazer valer sua vontade. Os marxistas estarão lá.

*Serge Goulart é da Direção Nacional do PT e da CE da Esquerda Marxista

A UNE deve ser independente do governo

*Caio Dezorzi

caiodezorzi@yahoo.com.br

O 53º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), que reuniu em Goiânia, entre 29 de maio e 02 de junho, cerca de 7 mil estudantes, sendo 3.764 delegados eleitos em faculdades de todo o Brasil, foi marcado pelas contradições de sua direção que, num contexto internacional de forte mobilização da juventude e também ascensão dos movimentos na juventude brasileira, encontra-se pressionada a questionar as políticas do Governo Federal, embora sua dependência a este não permita.

Essas contradições foram expressas, por exemplo, nas resoluções apresentadas pela chapa vencedora e aprovadas por grande maioria dos delegados, onde se convoca acertadamente uma reedição da campanha “O Petróleo é Nosso! Contra os Leilões!”, entretanto, reivindicando que os royalties do Pré-Sal sejam destinados à educação pública. Oras, os royalties nada mais são do que o imposto pago pelas empresas privadas ao Estado brasileiro referente às áreas leiloadas para exploração do petróleo. Ou seja, ao reivindicar os royalties, a UNE está aceitando que a privatização do petróleo continue, desde que haja uma “participação” para a educação. É uma tremenda contradição. A única posição coerente com a palavra de ordem “O Petróleo é Nosso! Contra os Leilões!”, seria a luta pela revogação da Lei 9.478, de 1997 (sancionada pelo Governo FHC e bastante emendada durante os governos Lula e Dilma), para anular todos os leilões já realizados e retomar o monopólio estatal do petróleo desde sua exploração até a distribuição, ou seja, “do poço ao posto”, o que acabaria com os royalties e propiciaria muito mais receitas para o Estado proveniente da exploração direta do petróleo.

Outra notável contradição que expressa a pressão da base dos estudantes por lutar por educação para todos,

Crédito: Evandro Colzani



Delegados da EM debateram a luta contra a criminalização do Movimento Estudantil

mas está limitada pela dependência da UNE ao Governo Federal é sobre o pagamento da dívida pública brasileira. Em vez de se contrapor ao saque de 2,5 bilhões de reais ao dia aprovados no Orçamento Nacional para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, a resolução aprovada no Congresso da UNE se limita a reivindicar 10% do PIB para a educação pública, royalties do pré-sal e lutar por “uma política macroeconômica que esteja a serviço do desenvolvimento do país. Não ao contingenciamento e cortes de verbas para pagamento da dívida pública!”. Ou seja, aceita que sejam destinados cerca de 900 bilhões

de reais em 2013 para o pagamento da dívida, desde que não haja contingenciamentos e cortes de verbas além disso, limitando-se a brigar por 10% do PIB (menos de 400 bilhões de reais, considerando o PIB de hoje, que pode vir a diminuir com a crise).

Existe oposição real à atual direção da UNE?

A nova direção da UNE ficou assim composta como na tabela abaixo. Durante este CONUNE ocorreu o 3º Encontro Nacional de Estudantes Cotistas e Prounistas. O encontro não abriu a palavra ao plenário e foi uma

longa palestra do Ministro Aloisio Mercadante, entrecortada por palavras de ordem dos grupos organizados, à medida que discordavam de algo que estava sendo dito. Mas quando Mercadante falava sobre a política de cotas, todos se calavam, ninguém protestava, nem mesmo a ala psolista da “Oposição de Esquerda” que tem uma postura mais sectária. Todos se encontram em duas questões: O abandono da luta por educação pública e gratuita para todos e a defesa da política de cotas como única solução possível.

A Juventude Marxista, que pela primeira vez participa de um Congresso da UNE, elegeu apenas 13 delega-

dos em todo o Brasil com base em sua tese “Pela retomada da luta por educação pública e gratuita para todos”. E, mesmo em menor número, quando erguiam a bandeira, atraíam a atenção de estudantes de todo o Brasil. Em sua tese, reclamavam a Carta de Princípios da UNE, aprovada em seu Congresso de Reconstrução de 1979, que trazia inscrita a bandeira que agora retomam os militantes marxistas. Diante disso, deixavam claro que nem a política de cotas e nem os 10% do PIB para a educação podiam resolver o problema.

“Não queremos apenas alguns negros na universidade pública, queremos todos os negros! Mas isso só será possível com vagas para todos! Então não podemos brigar apenas por 10% do PIB! Devemos lutar para que o direito à educação pública e gratuita em todos os níveis seja garantido a todos, e que seja investido o dinheiro necessário, não importando qual porcentagem do PIB isso represente! E dinheiro para isso existe, mas é desviado para os banqueiros em forma de pagamento da dívida pública. É preciso que o Governo rompa com o pagamento da dívida pública e dê educação para todos os brasileiros! Na Venezuela a educação pública e gratuita para todos em todos os níveis já é uma realidade, então aqui pode ser também!” Com esse discurso os marxistas se dirigiram a todas as forças políticas que apresentavam teses ao plenário.

A chapa encabeçada pela UJS, que lidera a direção majoritária da UNE, não podia aceitar, pois seu atrelamento com o Governo Federal os impede de falar contra a política econômica servil ao capital. O mesmo ocorre com o “Campo Popular”, cuja maior parte de seus componentes também estão com o rabo preso ao Governo Federal, através de cargos de confiança.

Já a “Oposição de Esquerda” é composta por PSOL e PCR, que não participam do Governo Federal e, portanto, têm total independência para levantar essa bandeira. Mas, adaptada à política de cotas e à campanha pelos 10% do PIB para a educação, a ala

psolista resistiu em aceitar tal bandeira. Foi o PCR, que inteligentemente comprou a briga dentro da Oposição de Esquerda para que esta colocasse como sua bandeira central a retomada da luta por educação pública e gratuita para todos.

A Juventude Marxista então aprofunda o diálogo com o PCR durante o CONUNE e apresenta uma emenda ao texto de análise de conjuntura da Oposição de Esquerda. Tratava-se de um texto que analisava bem o cenário internacional, listava uma série de denúncias justas ao Governo Federal, mas não se dirigia a este, numa típica linha denunciante do PSOL. A emenda colocava a UNE a exigir que o Governo Dilma rompa as alianças com os partidos capitalistas e faça um governo para os trabalhadores. O PCR novamente compra a briga dentro da Oposição de Esquerda. As correntes do PSOL, contrariadas, revelando todo o seu pragmatismo, registram que não concordam com a linha, mas aceitam a emenda para não rachar a Oposição de Esquerda, o que os levaria a perder postos na direção da UNE.

Diante disto, a Juventude Marxista retirou a sua chapa e chamou voto na “Oposição de Esquerda”. Mas, se os membros da Oposição de Esquerda eleitos para a direção da UNE vão levar adiante a linha política acordada durante o Congresso ou não, o tempo dirá. Claro está que os psolistas não têm a menor disposição em fazê-lo. Os estudantes do PCR serão colocados à prova. É justamente o desenvolvimento desta linha política que forjará uma real oposição à maioria da direção da UNE. Nesta via terão todo o apoio da Juventude Marxista.

O combate de frente única travado pelos marxistas no Congresso da UNE levou um número muito maior de delegados, do que aqueles que haviam tomado contato inicialmente com a tese da Juventude Marxista, a votar para que a UNE retome a luta por vagas para todos na universidade pública e para que o Governo Dilma rompa as alianças com os partidos capitalistas para atender as reivindicações do povo trabalhador.



Juventude Marxista combateu pela retomada da luta por vagas públicas para todos

Luta contra a criminalização do Movimento Estudantil

A partir de um chamado do DCE da Univille, dirigido por militantes da Juventude Marxista, se reuniram no dia 31 de Maio em Goiânia, durante o Congresso da UNE, cerca de 100 estudantes numa reunião nacional para debater a luta contra a criminalização do movimento estudantil e pela anulação de todos os processos contra estudantes em luta.

Estiveram presentes representantes do Fórum dos Processados da USP, Fórum dos Processados da Unifesp, DCE da Univille, DCE da UFBA, DCE da UFMG, DA da UDESC, DAMB do IA-Unesp, bem como representações da Esquerda Marxista, PCR, Levante Popular da Juventude, POR, PCO e estudantes independentes de várias regiões do Brasil.

Os estudantes processados da USP explicaram que, apesar da sentença do tribunal recusando as acusações contra eles, que o processo segue, cabe recurso e eles continuam sob perigo. Na reunião foram relatados outros casos de processos contra estudantes, como na UFMT, UNIR, e outras. Os processados carecem de advogados e apoio político. Os DCEs da USP e da Unifesp, por exemplo, boicotam a luta dos processados nas suas respectivas universidades.

A reunião aprovou um texto que foi

apresentado pela Juventude Marxista, PCR e Levante Popular da Juventude como moção ao plenário do Congresso da UNE e aprovada por unanimidade. No texto está colocado que a UNE deve convocar uma Plenária Nacional de estudantes contra a criminalização e pela anulação de todos os processos contra estudantes em luta.

Ainda foi aprovado um texto dirigido a todos os DCEs do Brasil, lançando uma campanha nacional para construir esta plenária e decidir as medidas necessárias para anular os processos, inclusive sem descartar uma greve nacional de estudantes se preciso for.

Foi conformato um comitê da campanha composto por todos os presentes e aberto a novas adesões de entidades estudantis e organizações políticas.

A Esquerda Marxista colocou à disposição dos processados da USP e da Unifesp dois de seus advogados e fez um apelo para que as demais forças políticas presentes contribuíssem da mesma forma. A Esquerda Marxista também se dispôs a, assim que o comitê recém-formado decidir por uma campanha de moções ou algo similar, contactar todas as seções da Corrente Marxista Internacional para ajudarem enviando moções e prestando solidariedade internacional.

*Caio Dezorzi foi candidato a vereador pelo PT-SP e é membro da CE da EM.

A Política de Remuneração Variável é mais uma forma de exploração dos trabalhadores

*Roque Ferreira
roque800@gmail.com

A política de pagar PPR, PLR foi adotada com muita intensidade no Brasil na década de 90, e hoje esta disseminada entre empresas estatais e privadas. É muito fácil entender este negócio que é muito bom para os patrões e que foi inventada pelos capitalistas.

Pela experiência, observamos que o único resultado desse negócio é o aumento da exploração dos trabalhadores que são obrigados a trabalhar mais intensamente para poderem atingir metas e aumentarem sua parte na dita repartição dos lucros.

Nas campanhas salariais atuais, os patrões e os dirigentes sindicais, atribuem uma importância cada vez maior à discussão da PLR, PPR, deixando em segundo plano a recuperação dos salários, via reivindicação de aumento real

As direções das empresas não discutem nada referente à sua Política de Remuneração Variável. Elas impõem suas metas e critérios, e os trabalhadores que se lasquem para cumprir. Na prática, e depois de muito serem explorados, os trabalhadores que cumprirem suas metas individuais ou coletivas recebem em média um salário nominal de prêmio.

Nas campanhas salariais atuais, os patrões e os dirigentes sindicais, atribuem uma importância cada vez maior à discussão da PLR, PPR, deixando em segundo plano a recupera-

ção dos salários, via reivindicação de aumento real.

É mais uma excelente manobra e poderosa arma dos patrões para aumentar a confusão entre os trabalhadores. Para os patrões e os capitalistas, o PPR e a PLR servem como uma espécie de “cala a boca” para as reivindicações durante a campanha

trolar a inflação implicava encontrar uma forma estável de exploração do trabalho (mais-valia), base da acumulação de capital e, portanto, do crescimento econômico, capaz de viabilizar a integração (sem alterar a condição de dependência do país) na nova dinâmica da economia capitalista em escala mundial.



O lucro fica com o patrão

salarial. Se a categoria reivindica 20% de reajuste salarial, é muito mais vantajoso para os patrões darem 7% de reajuste, e pagar um PPR ou PLR miserável, que funciona como um abono não se integrando aos salários.

No Brasil a PLR e o PPR, assim como o banco de horas, foram instrumentos utilizados na regulação das relações entre capital e trabalho no âmbito das empresas como parte da estratégia governamental de estabilização econômica. O desafio de con-

O cenário no qual a PLR, PPR e o banco de horas surgem foi desenhado com as câmaras setoriais. O principal objetivo das câmaras era o de manter preço, e de aumentar a produtividade atendendo os interesses dos capitalistas dos diferentes setores da indústria. Foi neste período que grandes empresas, principalmente as montadoras do ABC, intensificaram o processo de reestruturação produtiva com o objetivo de reduzir os conflitos e a resistência interna dos trabalhadores.

A participação dos trabalhadores na Câmara Setorial da Indústria Automotiva foi incluída no governo Itamar Franco. Para os trabalhadores, havia uma situação de urgência criada com o fechamento da fábrica de motores da Ford em São Bernardo do Campo. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC empreendeu, então, a negociação com as empresas e o governo para favore-

Crédito: Bira

As direções das empresas não discutem nada referente à sua Política de Remuneração Variável. Elas impõem suas metas e critérios, e os trabalhadores que se lasquem para cumprir

cer a recuperação da indústria automobilística e, assim, manter o nível de emprego no ramo. A experiência da Câmara Setorial da Indústria Automotiva ou Acordo das Montadoras significou o fim da política de resistência e confronto que, nos anos 1980, caracterizara o movimento sindical, dando início ao ciclo da política de colaboração de classes.

Aprofundando essas formas de ataque aos trabalhadores, Fernando Henrique Cardoso foi um crítico pela direita do acordo entre sindicatos e montadoras, afirmando que o mesmo caminho em direção oposta à solução para a retomada do crescimento da economia, implantado com Plano Real em fevereiro de 1994 com a publicação da Medida Provisória nº 434, que tinha como base central a divisão de ganhos e perdas de renda que favoreceria o capital em detrimento dos trabalhadores.

Com o forte arrocho promovido com as medidas a resistência dos trabalhadores teve como marco a

greve nacional dos petroleiros, que foi derrotada impondo uma vitória política do governo sobre o movimento sindical.

Os instrumentos que integram as bases das Políticas de Remuneração Variável, principalmente o cumprimento de metas, alterou de forma substancial as formas de organização do trabalho, aumentou drasticamente a intensidade das horas de trabalho, e introduziu formas de utilização da força de trabalho que elevam os níveis de exploração, potencializando os desgastes em todos os aspectos dos trabalhadores.

O fato destas Políticas de Remuneração Variável e suas mais diversas formas de aplicação e premiação serem uma farsa inventada pelos patrões a assimilada por muitas direções sindicais, não significa que os trabalhadores devam abrir mão deste direito. Porém, é necessário em nossa intervenção cotidiana junto à classe trabalhadora esclarecer sobre o real significado desta forma de exploração, e a importância de a classe trabalhadora lutar por aumentos reais de salários, sem subordinar esta luta à lógica da exploração capitalista das Políticas de Remuneração Variável.



Produzir mais = mais lucro para o capitalista

Crédito: Charles Araújo

Contribuição ao debate sobre o assunto, que não é novo

A título de contribuição apresento um importante trecho do Programa de Ação da Internacional Sindical Vermelha, aprovado alguns anos depois da Revolução Russa de 1917.

“Esta antiguidade reaparece como uma tábua de salvação para todos os males da sociedade. Na França, Inglaterra e Alemanha existem projetos para estabelecer a participação dos operários nos lucros, e os filantropos e reformadores sociais pensam que deste modo poderão conciliar o inconciliável, isto é, poderão dar satisfação à classe operária sem molestar os patrões.

Esta ideia também tomou forma em determinados círculos operários: os que esquivam e temem a luta, os que consideram que a burguesia é uma classe absolutamente indispensável para a sociedade, os que não têm outro horizonte senão um acordo com a burguesia para repartir a mais-valia, todos esses setores atrasados da classe operária (e há muitos setores atrasados, inclusive nos países capitalistas mais avançados), todos eles pensam que a participação nos lucros é uma via de saída do atoleiro atual (...).

Mal é necessário provar que esta ideia não é mais que um engodo para a classe operária. As distintas experiências de participação dos operários

nos lucros em diversos países demonstram que o único resultado deste sistema é o aumento da exploração dos operários, que trabalham mais intensamente para poderem aumentar sua parte nos lucros. Habitualmente, a participação nos lucros não é mais do que a concessão aos operários de uma porcentagem insignificante dos lucros. Em todos os casos, estas sutilezas pouco resolvem os problemas sociais (...). A participação dos operários nos lucros pressupõe, antes de mais nada, a existência de lucros, isto é, a manutenção do regime capitalista, quando a tarefa da classe operária consiste precisamente em suprimir as relações capitalistas e em destruir a própria sociedade capitalista.



nao sendo a base das relações entre as classes; precisa ser perpetuada entregando para o operário uma parte da mais-valia que o mesmo produz. Como realizar esta saudável reforma? (...)

A postura dos sindicatos revolucionários diante desta teoria é clara e contundente. Não se trata em absoluto de reduzir quantitativamente a mais-valia, mas de abolir-la. Portanto, é indispensável declarar uma guerra sem quartel a esse ardil desavergonhado que é colocado para a classe operária. Os operários devem concentrar sua atenção, não na forma de repartir a mais-valia entre os trabalhadores e os empresários, mas sim na forma de livrar-se de uma classe que vive exclusivamente da mais-valia.

Na luta contra esta intervenção burguesa é preciso vigiar, sobretudo, a conduta dos líderes operários. Que

a burguesia trate de enganar a classe operária com uma esmola ilusória, é algo perfeitamente natural e não nos surpreende de modo algum; mas que entre os dirigentes dos sindicatos exista quem se apegue a esta ideia como uma tábua de salvação, é de uma hipocrisia e cinismo inauditos. (...)

O caráter charlatanesco e demagógico desta estreita repartição de lucros é demasiado evidente, não pode ocultar o desejo de enganar os operários. É verdade que estes estão muito atrasados, são muito ignorantes e estão impregnados de muitos preconceitos burgueses, mas a guerra e a revolução deram grandes ensinamentos à classe operária em seu conjunto, e entre as grandes verdades que as massas aprenderam durante estes últimos anos, a essencial é que desta repartição o proletariado não tirará nada de positivo. Por esta razão, declarou categoricamente o I Congresso Internacional dos Sindicatos Revolucionários que esta forma de abusar dos operários deve ser submetida a uma severa e intransigente crítica. A bandeira dos sindicatos revolucionários de classe deve ser: não à participação nos lucros, sim à supressão dos lucros capitalistas.”

*Roque é vereador do PT em Bauru, dirigente sindical ferroviário e membro da CE da EM.



Flaskô: 10 anos de luta pela estatização sob controle operário

*Alexandre Mandl
alexandremandl@yahoo.com.br

Em 12 de junho de 2013 a Fábrica Ocupada Flaskô completará 10 anos de luta pela estatização sob controle operário! Trata-se de uma grande resistência na defesa dos postos de trabalho e das conquistas sociais históricas da classe trabalhadora, sendo um importante instrumento de luta para a construção do socialismo.

Histórico de lutas e conquistas

Diante do abandono patronal, que havia sucateado o patrimônio industrial e deixado de pagar os direitos trabalhistas, os trabalhadores da Flaskô, juntamente com os companheiros da Cipla e Interfibra, em Joinville/SC, tomaram uma decisão histórica: ocupar a fábrica e retomar a produção sem o patrão, assumindo a gestão e dando início há uma luta internacional de organização da classe operária.

A Esquerda Marxista foi a organização que esteve desde o início

com os trabalhadores nas reivindicações mais objetivas, de salários e direitos, contribuindo para o processo de consciência, de avançar para a greve de ocupação e, depois, para a retomada da produção sob controle operário, impulsionando a perspectiva da estatização sob controle dos trabalhadores em detrimento das vacilantes opções existentes do cooperativismo e da economia solidária.

Assim, a Esquerda Marxista jogou papel fundamental para apontar as experiências históricas da classe trabalhadora, com os ensinamentos dos clássicos do marxismo e das grandes lutas operárias e revolucionárias, discutindo o significado da luta pela estatização sob controle operário, particularmente construindo a unidade das fábricas ocupadas na América Latina, criando a identidade de classe para além das fronteiras nacionais.

Nesses 10 anos, como trabalhadores da Flaskô, mostramos que, sem ter apropriação privada da riqueza, uma produção pode ter, efetivamente, seu caráter social. Para os trabalhadores das fábricas

ocupadas, conseguimos apontar, concretamente, uma perspectiva de luta diante dos fechamentos das empresas, pela manutenção da atividade industrial e a inutilidade de um patrão e da propriedade privada dos meios de produção. As conquistas sociais são de grande valia, como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, para 30 horas semanais, 06 horas semanais. Conseguimos garantir um novo ritmo de trabalho, resultando em fim dos acidentes de trabalho. Adotamos a verdadeira democracia operária, com o funcionamento do conselho de fábrica e assembleias, fazendo com que todos conhecessem o conjunto da produção.

Para a comunidade, garantimos uma relação de respeito e companheirismo. Primeiro, com o movimento de moradia da região, organizamos a ocupação da terra ociosa de propriedade da fábrica, organizando o que se tornou a Vila Operária, onde hoje vivem 564 famílias, e que lutamos para a regularização da área e da garantia à serviços básicos, como água, esgoto e luz. Além disso, em dois barracões abandonados pela gestão patronal, criamos o projeto Fábrica de Cultura e Esportes, realizando uma série de atividades, como ballet, capoeira, oficinas, debates, cursos, cinemas, peças de teatro, festivais culturais, seminários, além das mais diversas práticas esportivas. Com isso, conseguimos mostrar o significado de uma propriedade sob controle operário, à serviço da coletividade, e não de um ou outro dono.

Por último, nesses 10 anos, temos o mérito de mostrar uma saída para a classe trabalhadora.



Cartaz de divulgação

Enquanto classe, atuamos, com nossas humildes (mas aguerridas) forças, para que outras fábricas fossem ocupadas pelos trabalhadores. Ajudamos a provocar o despertar de que podemos controlar a produção e não precisamos de um patrão, através das reivindicações mais imediatas e das condições objetivas, na defesa dos postos de trabalho e a dignidade humana.

O ataque às fábricas ocupadas

Obviamente, ao defendermos abertamente a expropriação dos meios de produção e o controle operário, fomos duramente atacados pela burguesia, que nos viu como uma ameaça contra a lógica capitalista. A intervenção federal nas fábricas Cipla e Interfibra, em Joinville/SC, que somavam mais de 1000 trabalhadores, foi um verdadeiro crime contra o movimento operário. A



burguesia precisou atacar o Movimento das Fábricas Ocupadas, criminalizando os trabalhadores pela luta em defesa dos postos de trabalho, dos direitos e das conquistas históricas da classe operária. Uma verdadeira aliança de classe, envolvendo a patronal (FIESP, ABIPLAST), os dirigentes sindicais pelegos do Sindicato dos Plásticos de Joinville, os grandes meios de comunicação, o governo Lula e o poder judiciário. Um verdadeiro terrorismo implantado contra a organização do movimento operário. O fundamento do Juiz foi bastante claro ao defender a ação criminosa contra os trabalhadores: “Imagine se a moda pega?”.

Claro... Sempre quisemos, e continuamos batalhando, para que a “moda pegue”, e que o movimento operário avance para a luta pela estatização sob controle dos trabalhadores, ocupando



10 anos é muito pra cabeça do patrão

fábricas para garantir o direito ao trabalho. Como dissemos no momento da intervenção: “eles nos deram uma bandeira histórica, que voa alto e sinaliza fortemente o caminho para a luta da classe trabalhadora”. A Flaskô somente pode comemorar hoje 10 anos por conta da unidade da classe trabalhadora. Em cada ataque que sofremos, fomos nós, coletivamente, enquanto classe, que revertemos a situação e derrotamos a burguesia.

Perspectivas

Sabemos que não há socialismo num só país, assim como não sobrevive no capitalismo apenas uma fábrica ocupada. Sabemos como funciona o capitalismo, que não permitirá que a Flaskô sobreviva com suas bandeiras e conquistas históricas, seja pela lógica de centralização e concentração de capital, seja pela lógica da concorrência e do mercado, onde a produção da Flaskô é esmagada por ter custo de produção muito mais alto. Temos tido dificuldades financeiras, com trocas de títulos, não temos capital de giro e pagamos juros altíssimos. Fizemos e continuamos fazendo a opção de apresentar uma contraposição aos caminhos que qualquer empresa capitalista faria. Mas sabemos que nossa “margem de manobra é pequena”. Por isso, sabemos que nosso papel é manter-nos como uma referência para a luta da classe trabalhadora, intervindo na dinâmica da luta de classes para que, justamente, seja criado um novo ascenso das massas e novas ocupações de fábricas surjam.

Assim, num contexto de crise do capital, com fechamento de fábricas e com uma série de medidas de austeridade fiscal e ataques aos direitos dos trabalhadores, a luta da Fábrica Ocupada Flaskô é de grande importância para o movimento operário, tendo sua defesa um caráter de frente única, garantindo a manutenção da atividade industrial sob controle dos trabalhadores, com as consignas históricas defendidas pela classe operária.

Nesse sentido, é necessário que continuemos firmes na luta! Juntos temos tido que enfrentar os processos de execução fiscal, com dívidas da gestão patronal, que a “Justiça” quer responsabilizar os trabalhadores, com absurdas situações de oficiais de justiça na casa de trabalhadores, além de processos criminais contra os trabalhadores, mostrando o claro “dois pesos e duas medidas” ao tratar a organização operária. Mais uma vez explicamos que as dívidas pa-



Ato dos trabalhadores da Flaskô por sua estatização

tronais precisam ser cobradas dos proprietários, já que foram eles que a fizeram, inclusive com a “convivência” do Estado, que durante mais de quinze anos não “conseguiu” cobrá-los. O “buraco é mais embaixo”, mas as contradições estão bem evidentes.

Festival: 10 anos de luta da Flaskô

Nesse sentido é o debate que faremos durante o Festival: “Flaskô 10 anos: operários e cultura, a luta continua!”, a ser realizada nos dias 09 a 16 de junho de 2013, destacando-se o “Encontro Internacional: 10 anos de controle operário da Flaskô”, a ser realizado no sábado, dia 15 de junho, às 13h, contando, inclusive, com delegações de fábricas ocupadas da Argentina, Bolívia, Paraguai e Venezuela, além da presença de um líder sindical Iraquiano, exilado no Canadá. Veja programação completa do Festival em www.fabricasocupadas.org.br.

Saudaremos o histórico combate, apresentando as perspectivas de luta, em especial, respaldando a luta pela aprovação dos projetos de lei (257/11 e 469/11), que declaram, respectivamente, de interesse

social para fins de desapropriação, a Fábrica Ocupada Flaskô, e qualquer fábrica que for ocupada por trabalhadores. Da mesma forma, cobramos a Presidenta Dilma, para que acolha as reivindicações dos trabalhadores da Flaskô, estatizando e colocando a fábrica sob controle operário!

Estaremos juntos para que a luta da estatização sob controle operário continue na Flaskô e em todo o mundo, derrotando a burguesia e construindo o socialismo. Sabemos que 10 anos é “muito para a cabeça dos capitalistas”, e eles deverão aprofundar os ataques contra a Flaskô.

Por isso, a unidade na luta será ainda mais importante no próximo período. A Esquerda Marxista estará, como sempre, firme neste combate, ao lado dos trabalhadores, garantindo as conquistas sociais e na luta para que outras fábricas também sejam ocupadas.

Viva longa à Fábrica Ocupada Flaskô, com sua luta pela estatização sob controle operário!

* Alexandre é membro do Conselho da Flaskô e do Comitê Central da EM



Manifestação em frente à Cipla, depois que ela foi invadida pelas tropas federais



Entrevista com Akram Nadir, dirigente da Federação dos Conselhos e Sindicatos dos Trabalhadores do Iraque*

Esquerda Marxista

“Meu nome é Akram Nadir e sou militante desde a minha época de estudante. Fui um dos participantes da rebelião em massa ocorrida no Iraque e no Curdistão em março de 1991. Depois participei do movimento para montar o conselho dos trabalhadores em fábricas e o conselho das pessoas em bairros populares para facilitar as negociações com a sociedade na falta de uma autoridade e de um governo devido à rebelião popular do Curdistão.

Depois de me formar na faculdade, comecei com alguns outros ativistas a formar o sindicato dos desempregados no Curdistão nos anos 90. Depois que os Estados Unidos ocuparam o Iraque e o regime fascista de Al-Baath caiu, nós montamos o sindicato dos desempregados do Iraque e a FWCUI. Eu fui eleito vice-presidente e Falah Alwan o presidente da FWCUI na Terceira Conferência em Maio de 2011. Eu sou o Representante Internacional da FWCUI. Tive que enfrentar problemas, como nove prisões e tentativas frustradas de sequestros e assassinatos, por duas vezes, por causa das minhas atividades. Mas, eu não gosto de me mostrar como um super homem porque sou apenas membro de um movimento social muito maior que luta pela classe trabalhadora...”



Akram falando em um Congresso dos Trabalhadores

EM - Fale sobre a Federação dos Conselhos e Sindicatos dos Trabalhadores do Iraque - FWCUI

AN - A Federação foi fundada na conferência no dia 8 de Dezembro de 2003. Esta conferência reuniu representantes de vários sindicatos, conselhos eleitos e comitês preparatórios em várias empresas, companhias e fábricas.

Antes da conferência a Federação se chamava: Comitê Preparatório para a Fundação de Conselhos e Sindicatos dos Trabalhadores no Iraque. Existia desde Maio de 2003 e supervisionava as eleições em muitas fábricas e empresas. O slogan do grupo é “O poder da classe trabalhadora está na sua união e organização”. Nosso maior objetivo é formar organizações trabalhistas eleitas pelos próprios trabalhadores sem nenhuma tutela ou controle de qualquer autoridade, seja governamental ou partidária. Os próprios trabalhadores elegem suas organizações de liderança, sem discriminação baseada em língua, religião ou filiação política.

O sindicato adota os questionamentos dos trabalhadores e defende

os interesses deles, como eliminar as injustiças contra os trabalhadores, e que venham a ser submetidos a maus tratos ou subornos, requisitar melhorias no padrão de vida deles e nas circunstâncias sociais e liderar os seus protestos em busca do atendimento das suas propostas.

Buscamos a liberdade da organização, liberdade política incondicional e liberdade para fazer greves ou manifestações. Queremos uma legislação trabalhista moderna, em harmonia com os padrões de vida civilizados e em conformidade com as mais recentes e atuais realizações do mundo civilizado. Buscamos a melhoria contínua dos salários.

Consideramos a união da classe trabalhadora do Iraque uma das nossas mais importantes prioridades e recusamos qualquer divisão por causa de língua, religião, doutrina ou com base em divisões administrativas ou regionais.

Mantemos relações amigáveis e sólidas com grupos e sindicatos internacionais e também com outras organizações humanitárias e trabalhistas. Fomos convidados e participamos de muitos eventos regionais e internacio-

nais tais como a reunião em Amman, de Genebra em 2004, da conferência do Japão em 2004, da conferência anual da OIT de 2004, bem como da conferência no estado de Missouri nos Estados Unidos em 2004. Estivemos também em outras conferências trabalhistas internacionais em Londres na Inglaterra, em Havana em Cuba, em Caracas na Venezuela e em Atenas na Grécia. Várias delegações e organizações trabalhistas internacionais visitaram a nossa sede.

Publicamos um jornal em árabe chamado “Conselhos dos Trabalhadores”. Apesar da situação excepcional no Iraque, conseguimos fazer nosso encontro a cada seis meses.

EM - Como está a situação dos trabalhadores no Iraque e no Curdistão?

AN - Pode-se imaginar a situação da classe trabalhadora depois de sucessivas guerras, de anos de embargos econômicos internacionais, depois da ocupação dos EUA, do terrorismo e tirania repressiva dos partidos para a América e daqueles que se autointitulam “resistência armada” contra a ocupação dos Estados Unidos, em um país que abriu a sua porta para todos os tipos de conflitos nacionalistas, religiosos e de segregação, matando, diariamente, dezenas de civis, trabalhadores, crianças, idosos e mulheres, numa luta entre as milícias burguesas partidárias para ganhar o poder.

No Iraque os trabalhadores são expostos a “liquidação” física na maior operação já conduzida pelas forças sectárias que apoiam a ocupação. Essas forças transferiram o conflito para as classes de trabalhadores e incendiaram uma guerra civil devastadora para servir a agenda infernal dos países regionais. Os locais de trabalho se tornaram cenas de sequestro



Crédito: arquivo pessoal

e bombas suicidas. As últimas foram em abril e maio quando centenas de pessoas, a maioria trabalhadores, foram mortas e dezenas ficaram feridas em Bagdá e outras regiões da cidade.

Além desta tragédia, milhares de pessoas estão desempregadas há anos. Foram feitos planos para manter as empresas estatais em um estado de não funcionamento com o objetivo de privatizá-las. Os serviços civis e sociais que todo ser humano tem o direito de receber estão em falta. O Iraque tem uma das maiores riquezas do mundo, no entanto, 20% da sua população vivem abaixo da linha de pobreza. Enquanto isso, um punhado de vermes instalados pela força de ocupação usufrui desta riqueza.

A taxa de desemprego nacional é de 8% (7% de homens ativos e 13% de mulheres ativas). Isto significa que 653.000 pessoas estão desempregadas, das quais 496.000 são homens e 157.000 são mulheres. A taxa de desemprego dos jovens, de 15 a 24 anos é alta, 18% (sendo 27% homens e 17% mulheres) e mais na área urbana do que na rural. Um fato que causa grande preocupação é saber que mais desemprego acontece com os jovens que têm um grau maior de escolaridade.

Eu não vou postar fotos dos danos que o urânio empobrecido causa nas crianças e nos recém-nascidos. São imagens horríveis. Este fato afetará as futuras gerações nascidas no Iraque. Em setembro de 2009 nasceram 170 bebês no hospital Geral Fallujah no

Iraque, 24% deles morreram nos primeiros sete dias, impressionante saber que 75% dos bebês que morreram tinham alguma má formação. A maioria deles vinha de famílias de trabalhadores também.

No Curdistão, a seguridade social para a vida diária é melhor, mas o sistema para os trabalhadores é o mesmo. O número de mortes e acidentes de trabalho porque o local de trabalho não é seguro, tem aumentado. Nos cinco primeiros meses de 2013 morreram mais de 30 trabalhadores e mais de 400 se acidentaram no local de trabalho. Não há nenhuma lei e nenhum tribunal onde os trabalhadores ou seus familiares possam ir reclamar ou reivindicar contra as empresas porque todas elas são protegidas pelas milícias do partido político curdo nacionalista que está no poder. Este país abriu suas portas para todos os tipos de empresas investirem dinheiro e ter lucro, sem nenhum sensor e com longas horas de trabalho todos os dias. Após 10 anos, ainda não há nenhum tipo de legislação trabalhista que garanta os direitos básicos do trabalhador e a liberdade das organizações, o direito a greve, manifestações e reuniões.

Um dos desafios que a classe trabalhadora está enfrentando no Iraque é a privatização. Por causa dela os trabalhadores terão que enfrentar demissão em massa, redução de salário e maus tratos e discriminação no local de trabalho.

Paul Bremer, o primeiro senhor



Akram participando de uma passeata de trabalhadores

Crédito: arquivo pessoal



Akram em reunião com trabalhadores (centro com boné)

da ocupação dos EUA, e os governos subsequentes do Iraque conseguiram destruir ainda mais a infraestrutura da economia do Iraque negligenciando o setor público, dificultando o crescimento das suas empresas e interrompendo o funcionamento de muitas fábricas para vendê-las para o setor privado. Esta política leva ao empobrecimento dos trabalhadores do setor público que representa de 70% a 80% de todos os trabalhadores do Iraque.

Os trabalhadores do Iraque, que ansiavam por se livrar do regime fascista e suas políticas de agressão e atos sem sentido contra os trabalhadores e seus sindicatos, estão testemunhando uma conspiração dos estabelecimentos políticos e econômicos da ocupação contra o seu futuro, o futuro das suas famílias e da sociedade como um todo.

As últimas notícias são de perseguição dos dirigentes do sindicato do petróleo: as agências de governo do Iraque interferem com frequência nos assuntos internos dos sindicatos, punindo os ativistas impondo transferências forçadas, rebaixamento de cargo, multas, restrições de viagens, e outras penalidades permitidas pela legislação trabalhista do Iraque, que é da época do regime do Saddam Hussein, e pelas leis que regem os trabalhadores estaduais. A supressão dos direitos do trabalhador tem sido

muito séria no setor petrolífero; o ministério do petróleo trabalha junto e afinado com as empresas de petróleo para fazer valer estas punições.

Essa abordagem dura ficou evidente no dia 17 de abril de 2011 quando 26 trabalhadores da empresa de petróleo Maysan no sul do Iraque foram detidos. Eles estavam fazendo uma manifestação pacífica contra a corrupção corporativa. Apesar de terem recebido uma permissão antecipadamente para fazer a manifestação, uma investigação do ministério do petróleo levou ao cárcere oito trabalhadores, e uma notificação para os outros 18. Os 26 trabalhadores foram alertados de que se continuassem com estas ações receberiam punições bem mais graves. No dia 13 de Dezembro de 2011, esses trabalhadores receberam cartas individuais dizendo, basicamente, que a vida deles estaria em risco caso insistissem em participar de atividades deste tipo.

O Iraque e o Curdistão são um paraíso para empresas capitalistas internacionais que queiram investir dinheiro, roubar petróleo e todo tipo de recursos naturais, obter mão de obra barata e é uma selva para a classe trabalhadora como pode brevemente descrever aqui.

* Primeira parte. Continua na próxima edição.



Portugal, uma jangada de pedra à deriva no tempestuoso mar da economia mundial

*Mario Conte
mariocontef@gmail.com

Em seu livro “Jangada de Pedra”, escrito e publicado durante a integração de Portugal ao Mercado Comum Europeu, que depois se tornou a União Europeia (UE), o escritor português e prêmio Nobel de literatura José Saramago descreve de forma fantástica a separação da península Ibérica (formada por Portugal e Espanha) do continente Europeu, a flutuar como uma embarcação pelo Oceano Atlântico.

Hoje, Portugal sofre com a recessão e o sonho da integração tornou-se um pesadelo ao povo português, como se a recessão tivesse lançado o país à deriva em um tempestuoso mar da crise econômica mundial.

A situação de Portugal e Espanha hoje, fortemente atingidos pela recessão econômica mundial, leva a Troika (formada pelo Banco Central Europeu, Comissão Europeia da UE e FMI) a fazer exigências de aplicação de políticas de austeridade para esses dois países. Mas a crise é de todo o sistema econômico capitalista e não de uma economia nacional em particular. Ela pode ser sentida em todo o mundo, principalmente pelos trabalhadores, aqueles que os proprietários de indústrias e investidores pretendem que paguem pela crise que criaram.

Os marxistas não possuem qualquer ilusão de que os analistas econômicos e técnicos da Troika apontem uma solução real para o impasse criado pela crise. Estes são os mesmos analistas que tentaram mais de uma

Crédito: Internet



Passeata de trabalhadores na greve geral em Lisboa

vez afirmar que a crise, ou o pior dela, já havia passado. Não que estes técnicos ou analistas sejam burros, incompetentes, ou simplesmente sádicos, que se divertam em passar a fatura da conta da crise para os trabalhadores. Eles agem assim porque simplesmente não podem pensar uma

O que se precisa é de uma economia orientada para a socialização do que é produzido através da planificação e de controle democráticos dos trabalhadores.

solução para a crise fora dos limites do sistema capitalista e, como Marx já demonstrou há mais de um século e meio, as duas únicas formas de contornar uma crise dentro dos marcos do capitalismo são destruindo forças produtivas (plantas e unidades fabris) ou intensificando a exploração da força de trabalho, quer pelo rebaixamento dos salários, quer pelo rebaixamento dos direitos, como o aumento da idade

para aposentadoria e/ou da jornada de trabalho dos ocupados.

Assim, instaura-se um teatro de mal gosto no cenário político de Portugal hoje, onde cada ator busca desempenhar suas falas já escritas, segundo o papel que lhe cabe. A coligação PSD/CDS, no governo, condena publicamente a greve dos professores como um golpe baixo na educação portuguesa e finge não ter acordo com o ataque aos pensionistas exigido pela Troika, dizendo que todos os cortes no relatório entregue pelo governo são “opcionais”, mas não deixa explícito de quem será a opção, dos trabalhadores, do governo fantoche português ou da própria Troika.

A mídia local disfarça e dá grande destaque à votação que permitiu a adoção de crianças por casais homossexuais, uma cortina de fumaça para esconder o acirramento da luta de classes, através de greves de diversas categorias.

O Partido Socialista Português (PSP), adaptado à condição de muro de contenção da classe trabalhadora e correia de transmissão das políticas da classe dominante, vê-se na condição de um partido reformista sem refor-

mas a oferecer. Este não é um tempo de concessões, mas um tempo onde o cenário tempestuoso da crise leva a classe dominante a retomar direitos anteriormente conquistados, em um esforço débil para manter a pesada embarcação da economia navegando sem naufragar completamente.

O triste papel do PSP é coroado quando ele realiza críticas justas às medidas de austeridade da Troika, mas segue dizendo que como os trabalhadores não são responsáveis pela crise, não deveriam pagar por ela sozinho e pedem um esforço e sacrifício de todos para dividir a conta. Se os trabalhadores não produziram a crise, não deveriam pagar um único centavo dela.

Mas o PSP aceita que os trabalhadores também paguem, desde que se aplique suas propostas de aumentar impostos dos mais ricos, como o aumento de 3,5% nas taxas liberatórias sobre juros e dividendos ou aumento em 5% sobre o IRS de montantes superiores a 500 mil euros. Além disso, recomenda ao governo a negociação com o BE de Investimentos de uma linha de crédito às empresas, com prioridade ao setor exportador e à



produção nacional de bens e serviços transacionáveis, no montante mínimo de 5 milhões de euros. Resumidamente, pretende taxar e regular o capital especulativo e criar linha de crédito para empresa nacional exportadora, além de algumas medidas contra a corrupção.

Um pequeno impacto nas grandes fortunas para manter o grande impacto nos salários e pensões do trabalhador comum. Dinheiro público injetado na iniciativa privada, ao invés dos tão necessários serviços públicos, porque em sua política de conciliação de classes eles não podem apontar caminhos e alternativas fora dos marcos do sistema capitalista, tanto quanto os personagens já citados desta trama.

O que se precisa é de uma economia orientada para a socialização do que é produzido através da planificação e de controle democráticos dos trabalhadores.

O Partido Comunista Português (PCP) vacila, ainda que critique a tibieza do PSP, porque defende a criação de um governo patriótico de esquerda, com a participação de forças que queiram romper com as políticas de austeridade. Ou seja, fala em um governo nacionalista, mas não fala em socialismo. Propõe uma frente com forças distintas, sem um claro corte de classe, desde que estas se oponham às políti-

cas de austeridade. Não propõe um governo dos trabalhadores, apoiados nos sindicatos e movimentos populares em oposição à Troika, que pudesse nacionalizar os bancos, expropriar grandes fortunas e a propriedade privada dos meios de produção. Um programa apoiado nos trabalhadores que possa capitalizar as multidões de insatisfeitos que têm inundado as ruas naquilo que a própria imprensa chamou de “mar de gente”.

As massas estão dispostas a combater o próprio governo e a Troika, mas precisam de uma direção disposta e resoluta, que aponte caminhos reais, por meio de ações práticas, rumo à tomada do poder para remodelação da economia em Portugal. Esse PCP é herdeiro de velhas burocracias que agiam e pensavam “acima das massas” e sua direção não dispõe de real confiança nestas, ainda que o termômetro da luta indique temperatura elevadíssima nos ânimos e moral das massas. Romper com os próprios preconceitos de sua deformação parece algo inatingível ao PCP. Ou simplesmente temem deflagrar um processo que sabem que muito provavelmente não possam controlar. Preferem o triste papel de contenção das massas a correr o risco de serem ultrapassados durante um processo revolucionário.



Manifestantes protestam nas ruas por seus direitos

Crédito: Internet

No mesmo mês de novembro do ano passado, o secretário-geral da CGTP (central sindical que representa mais de 600 mil trabalhadores), Armé-

Será necessário um período de embates e teste dessas direções atuais e vacilantes até que a sucessão de choques com as mesmas leve os trabalhadores a conclusões revolucionárias.

nio Carlos, declarou no final da sessão de encerramento da VIII Convenção do Bloco de Esquerda (BE): “Em vez de centrarmos a nossa discussão naquilo que nos divide, o importante é juntarmos nossas forças e vontades para aquilo que nos pode unir, é nisto que trabalhamos todos os dias na CGTP, independentemente dos posicionamentos políticos ou sindicais que os trabalhadores e outras pessoas que vivam em Portugal tenham, o que importa é unirmo-nos e avançar.”

Infelizmente não propôs desde então modos de concretizar tal união que ponha em prática o desejo de povo trabalhador português, que cunhou a palavra de ordem “que se lixe a Troika”. Pressionado pela convocação de uma greve por cima e por fora dos aparelhos sindicais, viu-se obrigado a girar mais à esquerda do que pretendia, ao menos na retórica. Porém, igualmente aos outros atores, teme uma ascensão revolucionária e prefere manter-se espectador da luta de classes confortavelmente sentado na estação a embarcar no trem da história junto ao povo trabalhador.

Como o PCP, o máximo que propõe é “reformar o governo” com um Bloco de Esquerda que rejeite a austeridade, mas sem colocar em xeque as causas de tudo: o sistema capitalista baseado na propriedade privada dos meios de produção e o poder político como expressão da vontade do poder econômico real.

Assim, os trabalhadores portugueses devem forjar eles mesmos uma direção revolucionária, que ouse apontar o socialismo como alternativa real à conciliação de classes, que sempre prega um “acordo bom para ambas as partes”, quando qualquer trabalhador sabe, na prática, que patrões e financistas têm acordo em que o trabalhador seja explorado

Será necessário um período de embates e teste dessas direções atuais e vacilantes até que a sucessão de choques com as mesmas leve os trabalhadores a conclusões revolucionárias.

Essa preparação passa hoje por exigir de suas direções ações práticas em ruptura com a Troika, que não passe pelos paliativos de governo de salvação nacional, mas um governo constituído e apoiado nos trabalhadores, que exproprie a grande propriedade privada, nacionalize os bancos, redefina os investimentos nas áreas sociais e estratégicas dos serviços públicos, e mantenha intocados os direitos e conquistas históricas, como a seguridade social.

Devem combater o desemprego pela redução da jornada progressiva, de modo a criar colocação para todos disponíveis. Devem ainda planificar a economia, reorientando e priorizando o interesse social da produção, ao lucro de pequenos grupos ou investidores.

Apenas um programa de ruptura com o capitalismo e sua classe dirigente pode ancorar Portugal para que não derive no mar da austeridade, feito uma jangada de pedra. Um exemplo a elevar a moral do conjunto da classe trabalhadora europeia, a partir de outros daquelas hoje mais afetados pelas políticas de austeridade, como a Grécia a Espanha.

Constituir-se em um farol para que os trabalhadores da Europa se recusem a pagar pela crise que não criaram. Um passo rumo à constituição de uma nova e sólida União Europeia, os Estados Unidos Socialistas da Europa.

*Mario é dirigente do SINPROIND e membro do CC da EM

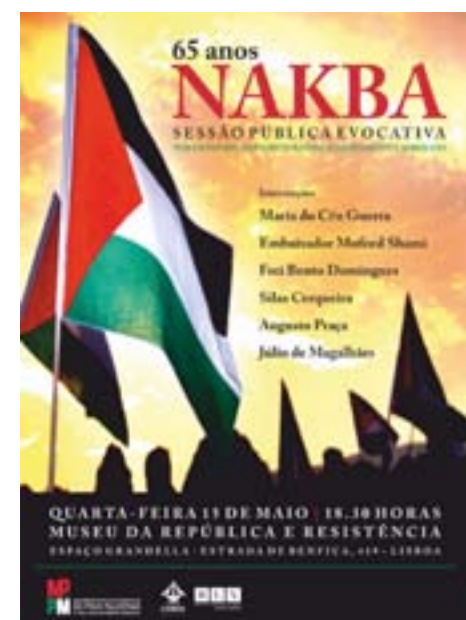


A catástrofe sobre o povo palestino continua

*Rafael Prata

rafaelpratacps@yahoo.com.br

Em maio, o povo palestino relembrou o 65º ano da Nakba (Catástrofe), ou seja, o período inicial da ocupação sionista na Palestina e a fundação do Estado de Israel sob o extermínio e expulsão do povo palestino.



Crédito: Internet

Cartaz convocando Ato em Portugal alusivo aos 65 anos do Nakba

Em 1948, de uma população total estimada em 950 mil habitantes, mais de 800 mil palestinos fugiram aterrorizados, foram expulsos ou mortos por uma das maiores máquinas de guerra e repressão construída na história da humanidade. Cerca de 400 cidades foram arrasadas entre 1948-49 para dar lugar a assentamentos judaicos, que constituíram as bases da colonização israelense.

Inclusive, diferentemente de outros processos de colonização, onde os colonizadores exploram os colonizados, há uma posição política (racista), comum entre os sionistas, de que é necessário construir um país somente com pessoas que tenham descendência judaica

comprovada, quer dizer, sejam filhos de mãe judia. Assim, só quem é da religião judaica é considerado cidadão israelense. Portanto, não basta explorar o povo palestino, é preciso apagar a sua existência da história e da vida real, para dar continuidade à construção de um Estado hebreu “puro”, livre das massas árabes, consideradas inferiores.

Por isso, todos os direitos são negados aos palestinos, enquanto sua dispersão pelo mundo é estimulada. Centenas de milhares de palestinos vivem, há décadas, em campos de refugiados no Líbano, Jordânia, Síria e Egito, esperando e lutando para que, um dia, lhe seja garantido o direito de retornar aos seus verdadeiros lares.

Desde então, mais e mais palestinos são expulsos de suas terras devido à política de expansão das fronteiras de Israel, seja através de guerras declaradas (como a Guerra dos Seis Dias em 1967), bombardeios seletivos, demolições para construção de novos assentamentos judaicos, ocupações ilegais de áreas “desmilitarizadas” ou de “armistício” etc.

Aliás, o direito ao retorno de refugiados, vítimas de guerras ou desastres, é assegurado por leis internacionais, mas que a ONU insiste em desconsiderar, pois não passa de uma agência de “governança mundial” subordinada aos interesses dos EUA e dos principais países europeus.

Para os EUA, interessa sustentar material, militar e politicamente o Estado de Israel para resguardar seus negócios na região, transformar os países árabes em regimes capachos ao imperialismo e amedrontar os povos com a ameaça israelense. Porém, a própria existência de Israel, longe de propiciar estabilidade à dinâmica de acumulação capitalista, provoca instabilidade social e política em todo o Oriente Médio.

Essa instabilidade se acentuou nos últimos anos, com a intensificação da luta de classes na região. Nenhum país, desde o Norte da África até a fronteira com Ásia, está incólume frente à onda revolucionária que derrubou ou busca derrubar esses odiados regimes monárquicos e/ou ditatoriais que traíram seus próprios povos ao entregarem o petróleo e outras riquezas ao imperialismo, para a luxúria e corrupção de umas poucas famílias oligárquicas.

Se cada um desses regimes, durante décadas, tiraram proveitos da situação em seus países para benefício próprio, imagine o que fizeram aos palestinos! Traíram a causa palestina incontáveis vezes. Aceitam

Para os EUA, interessa sustentar material, militar e politicamente o Estado de Israel para resguardar seus negócios na região...

as fronteiras criadas pela ocupação sionista e, portanto, reconhecem a existência de Israel e celebram acordos de cooperação em várias áreas (inclusive anti-imigração), desrespeitam os refugiados, entregam os militantes palestinos procurados por forças israelenses de repressão, forçam o rebaixamento das reivindicações palestinas em rodadas de negociação etc.

Vivendo em guetos

Mas, há ainda centenas de milhares de palestinos que vivem confinados no que restou de sua área histórica: na região conhecida como Cisjordânia e em uma faixa de terra em Gaza (que, aliás, não possuem contiguidade territorial entre si). Seus habitantes não têm direito ao trabalho ou a condições

dignas de moradia e nem direito de ir e vir em busca de saúde, educação ou para visitar parentes. São constantemente humilhados nas inúmeras guarnições militares israelenses que permitem ou não a passagem de pedestres e veículos palestinos. Sem falar que, atualmente, Israel impõe um bloqueio econômico à Faixa de Gaza em retaliação à administração local dirigida pelo Hamas, o que só aprofunda a situação de penúria dos habitantes de lá.

Para piorar, Israel está ampliando a construção de um muro para garantir a fronteira estabelecida com os sucessivos avanços da colonização sionista na Cisjordânia, confinando cerca de 450 mil palestinos em um gueto. O Muro da Vergonha já se estende por 760 quilômetros, possui oito metros de altura e é ladeado por uma faixa de 60 metros (zona de exclusão).

Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, o abastecimento de água e eletricidade e a coleta de lixo dependem de empresas israelenses. Aliás, praticamente toda a economia palestina está arruinada ou é completamente dependente de Israel ou de “doações” de bancos, corporações e ONGs estrangeiras.

Presos políticos

Outra prática rotineira consiste em detenções de jovens e trabalhadores palestinos. Qualquer indivíduo pode ser preso se algum soldado israelense achar que existem “motivos para suspeitar”. Essa situação faz com que milhares de palestinos sejam presos sem saber o motivo.

Quando detidos, os presos precisam de permissão da autoridade carcerária para ter acesso a advogado, o que normalmente só ocorre após um período de interrogatório, onde são submetidos à tortura, isolamento, fome, privação do sono e



Crédito: Internet

outras condições degradantes que visam arrancar uma confissão: a de que são membros de organizações terroristas ou que atentaram ou planejaram atentado contra a segurança de Israel de alguma forma.

Isso cria uma situação onde quase 5 mil condenados são, na verdade, presos políticos em cadeias israelenses. Trata-se deliberadamente de prender, torturar e matar militantes e desmantelar as organizações políticas e sociais construídas ao longo da luta pela libertação da Palestina.

A única solução que pode garantir o fim dos conflitos e o início de um período de paz e prosperidade para os povos da região é luta revolucionária do povo palestino por sua soberania...

Dentre os presos políticos, mais de 500 foram condenados à prisão perpétua e cerca de 550 foram condenados a mais de 20 anos de reclusão.

Mesmo que os interrogatórios não se revertam em acusações e os detidos sejam libertados depois de

dias ou semanas, a tortura é parte integrante do sistema carcerário e, avalia-se que desde 1967, cerca de 300 mil jovens palestinos já passaram pelas prisões israelenses.

Os abusos são tão sintomáticos que a própria Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) divulgou um relatório denunciando as detenções e os maus-tratos a crianças e adolescentes. A Unicef avalia em “700 a cada ano o número de crianças palestinas de 12 a 17 anos, em sua maioria meninos, presos, interrogados e detidos pelo exército, pela polícia e por agentes de segurança israelenses”. Claro que, enquanto órgão da ONU, a Unicef não propõe nenhuma sanção, apenas recomenda a Israel que seja mais brando...

Dois estados, uma só trapaça!

Essa breve descrição das condições dramáticas em que vivem os palestinos demonstra também a verdadeira trapaça e rendição histórica que é a proposta de criação de um Estado baseado na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

A atual proposta de divisão da Palestina em dois estados (palestino e judeu) é uma adaptação à formulação original da ONU de 1948 que provocou todo esse desastre e

Crédito: Internet



Ilustração em defesa de uma Palestina Livre



Soldados israelenses prendem garoto palestino em Gaza

que foi historicamente, e continua sendo, combatida pelo movimento revolucionário. Mas, por iniciativa da direção da Organização para Libertação da Palestina (OLP), cujo presidente era Yasser Arafat, a proposta foi requestrada a partir de 1993 e culminou nos chamados Acordos de Oslo, assinado também pelo primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, e testemunhado pelo presidente dos EUA, Bill Clinton.

Os Acordos de Oslo refletem a capitulação da direção do movimento revolucionário palestino e o início de sua progressiva degeneração em grupo político corrupto que ousa falar em nome de todo o povo palestino, através da Autoridade Nacional Palestina. A rendição de Arafat e de seu grupo rachou a OLP em diversas organizações e gerou condições propícias para o crescimento de grupos fundamentalistas, como o Hamas, que almejam o estabelecimento de um regime teocrático na Palestina, baseado em leis islâmicas e, para isso, declaram uma “guerra santa” não apenas contra os sionistas, mas contra todos os judeus!

Os ataques do Hamas e outros grupos islâmicos a alvos civis e militares judaicos, mesmo que em resposta à violência cotidiana que Israel impõe aos palestinos, somente gera mais pretextos para retaliações por parte do governo e do exército israelense e acabam unindo as diferentes classes da sociedade judaica aos líderes sionistas.

A única solução que pode garantir o fim dos conflitos e o início de um período de paz e prosperidade para os povos da região é luta revolucionária do povo palestino por sua soberania, ou seja, a luta por um só estado laico e democrático sobre todo o território histórico da Palestina, pelo direito ao retorno dos refugiados, pela libertação das crianças e presos políticos palestinos, combinada com outras reivindicações sociais e em união com a classe trabalhadora dos países árabes vizinhos e também com os trabalhadores judeus (que sofrem com a exploração assalariada promovida pelos líderes sionistas) para a construção de uma Federação Socialista dos Povos do Oriente Médio, onde todos tenham direitos iguais, independentemente da religião, língua e costumes culturais.

Os mesmos que criticam essa proposta como utópica não conseguem ver o quanto é reacionária “a solução” de dois estados e o quanto isso somente serve para perpetuar a catástrofe sobre o povo palestino.

*Rafael Prata é bancário e membro do CC da Esquerda Marxista



EUA: crescimento econômico baseado na destruição

*Alex Minoru

alexminoru.sp@gmail.com

Os EUA têm a maior economia do mundo e também a maior dívida pública em valores absolutos (mais de 16 trilhões de dólares!), já superando os 100% do PIB do país.

Recordemos que em 2011, numa difícil negociação no Congresso e no Senado, Obama conseguiu aprovar elevação do teto da dívida pública americana. Além disso, no final do ano passado, apenas no último minuto conseguiu aprovar um acordo para evitar a entrada em vigor do chamado “abismo fiscal” (aumento automático e brusco de impostos e redução de gastos públicos que deveria começar em 1º de janeiro de 2013).

Portanto, a economia norte-americana está longe de uma zona de conforto. A burguesia imperialista sabe que se aplicar a fundo uma política de austeridade, afundaria a tímida recuperação econômica. Ao mesmo tempo, não pode permitir o aumento desenfreado da dívida, colocando em risco a credibilidade do país. Essa é mais uma das contradições do capitalismo.

Aumento da desigualdade social

Em 2011, vimos no movimento “Occupy” o slogan “Nós somos os 99%!”. Esta foi uma expressão espontânea das massas de revolta diante da crescente desigualdade social, aprofundada pela crise econômica que estourou em 2008.

Um estudo da Pew Research mostra que enquanto os 7% mais ricos tiveram um crescimento do seu patrimônio líquido em 28% desde 2009. Para os 93% restantes, o que houve foi a redução em 4% de seu patrimônio no mesmo período.

A taxa de desemprego de abril de 2013 fechou em 7,5%, segundo

o governo. Apesar de ser a menor taxa dos últimos 4 anos, está longe de atingir o nível pré-crise, 4,5% em abril de 2007. Segundo estudo do Instituto Brookings, o país precisaria gerar 10 milhões de novos empregos para atingir os níveis anteriores à crise de 2008, incluindo a incorporação dos jovens que entram no mercado de trabalho. No ritmo atual, isso demoraria mais de 10 anos, entretanto, como veremos a frente, o crescimento da economia não se dá em bases sólidas e a situação global não é nada favorável, com a Europa em recessão e a China em desaceleração. Isso tudo prepara novos abalos no futuro.

Como explicamos na resolução de nossa Conferência de março de 2013: “Na crise da Grande Depressão de 1929 são conhecidas as histórias de investidores e capitalistas se atirando pela janela ou cometendo suicídio de variadas maneiras. Não é o que ocorre hoje mesmo se a burguesia está bastante assustada e dividida em escala internacional. E uma das razões é que na economia reguladora do sistema capitalista, os EUA, com a ajuda do governo e dos dirigentes sindicais a acumulação de capital foi retomada nos setores centrais da economia. E esta valorização e acumulação de capital é quase uma constante desde o 2º trimestre de 2009.”

Ou seja, diferente da crise de 29, a burguesia não está desesperada e com uma onda de falências e investidores perdendo tudo. O governo assumiu o ônus com o dinheiro público, com o dinheiro do povo, endividou o Estado, garantiu o lucro dos capitalistas “grandes demais para quebrar” e jogou milhões no desemprego e na miséria, aumentando a exploração da classe trabalhadora. Isto sim é uma verdadeira medida democrática!



Nas ruas dos EUA a pobreza cresce

Recuperação econômica?

A economia dos EUA teve um crescimento de 2,2% em 2012. Em relação ao nível de utilização da capacidade instalada da indústria (ou seja, o que foi efetivamente produzido em relação ao que tem condições de produzir), o resultado de abril desse ano ficou em 77,8%, abaixo do nível pré-crise (média de 80,5% em 2007), mas bem acima do período agudo da crise (chegou a 66,9% em junho de 2009).

Além desses dados, retomamos o que foi constatado pela resolução de nossa Conferência: “A produção de veículos e autopeças que havia caído para a metade no auge da crise 2008/2009, em 2012 ficou acima do auge de 2007. Em plena crise, em 2009, o nível de atividade de empresas como Ford, GM e Chrysler chegou a utilização de apenas 34,7% da capacidade instalada. Os bilionários planos de resgate do governo norte-americano e os acordos de redução de direitos e salários, de renúncia às greves e reivindicações, permitiram que uma indústria virtualmente

falida se refizesse e os investidores fossem salvos. Hoje, pouco mais de três anos depois, a indústria automobilística dos EUA opera próxima dos 80% da capacidade de produção. Uma utilização próxima da época do pós-guerra e acima dos 77,1% da média dos últimos quarenta anos.”

Mas esses dados positivos, que sim, mostram uma recuperação da economia dos EUA, tem um lado bastante perverso. Afinal, o desemprego no país permanece alto e isto tem um impacto negativo no consumo interno e na economia, além disso, os bons resultados não podem ter sido puxados pela economia global, mergulhada na crise.

A resolução de nossa Conferência aponta um importante fator: “nesta retomada do capital nos EUA, o elemento mais importante foi a elevada expansão dos seus ramos ligados à indústria de armamentos, que sob a rubrica de ‘Defesa e Equipamento Aeroespacial’ faz girar o maior complexo industrial-militar do mundo. Tanto a General Motors, quanto a General Electric, a Boeing, e outras grandes empresas dedicam a



Crédito: Internet

maior parte da sua atividade para produção de ‘equipamentos de defesa’. Enquanto, em 2012, a produção total da indústria automobilística e de máquinas situava-se aproximadamente no mesmo nível de 2007, antes da crise, a produção das linhas fornecedoras de armamentos já se situava 15% acima de sua própria produção de 2007.”

Ou seja, parte desta retomada esta sendo financiada diretamente pelo governo, através do investimento nas “forças destrutivas”, em armamentos para a guerra, mesma tática utilizada no período pós-segunda guerra. Entretanto, com uma diferença fundamental, naquela época os EUA eram o maior credor do mundo e detinham 80% de todo o ouro da Terra. Hoje, como vimos no início, é o país mais endividado do mundo.

Outro fator que deve ser levado em consideração é o barateamento do petróleo e gás nos EUA, o que tem sido um fator de atração para indústrias retornarem ao país, já que isso também significa

energia mais barata para a produção. O lado destrutivo dessa equação está no fato dos novos métodos de extração de petróleo e gás a partir do xisto (shale gas) estar trazendo sérios danos ambientais, como a contaminação da água. Os métodos preventivos tornariam esse tipo de extração menos lucrativa. O capitalismo em crise mostra todo a sua monstruosidade na tentativa de sobreviver.

Perspectivas

Essa recuperação econômica dos EUA tem perna curta, e como conclui nossa resolução: “o que espera a burguesia imperialista é ganhar tempo para esperar uma retomada mundial ou então lançar-se numa aventura louca de destruir forças produtivas pelo mundo afora através de guerras e da organização do caos social em países periféricos”.

A economia mundial não dá sinais de melhora e arriscar-se em uma guerra pode trazer sérias



Casa Branca: residência de Obama

consequências políticas e econômicas. Os últimos dados tem mostrado um esgotamento do crescimento baseado no setor de armamentos, em abril a produção da indústria caiu 0,5% em relação a março. O nível de utilização da capacidade instalada do setor de manufaturas caiu pelo segundo mês consecutivo, em fevereiro es-

tava em 76,6%, passou para 76,3% em março e chega em abril a 75,9%. O investimento do governo em despesas militares foi reduzido em 11,5% no primeiro trimestre do ano. O HSBC estima que o corte nas despesas militares vai tirar 0,3% do crescimento do PIB em 2013 e mais 0,3% em 2014.

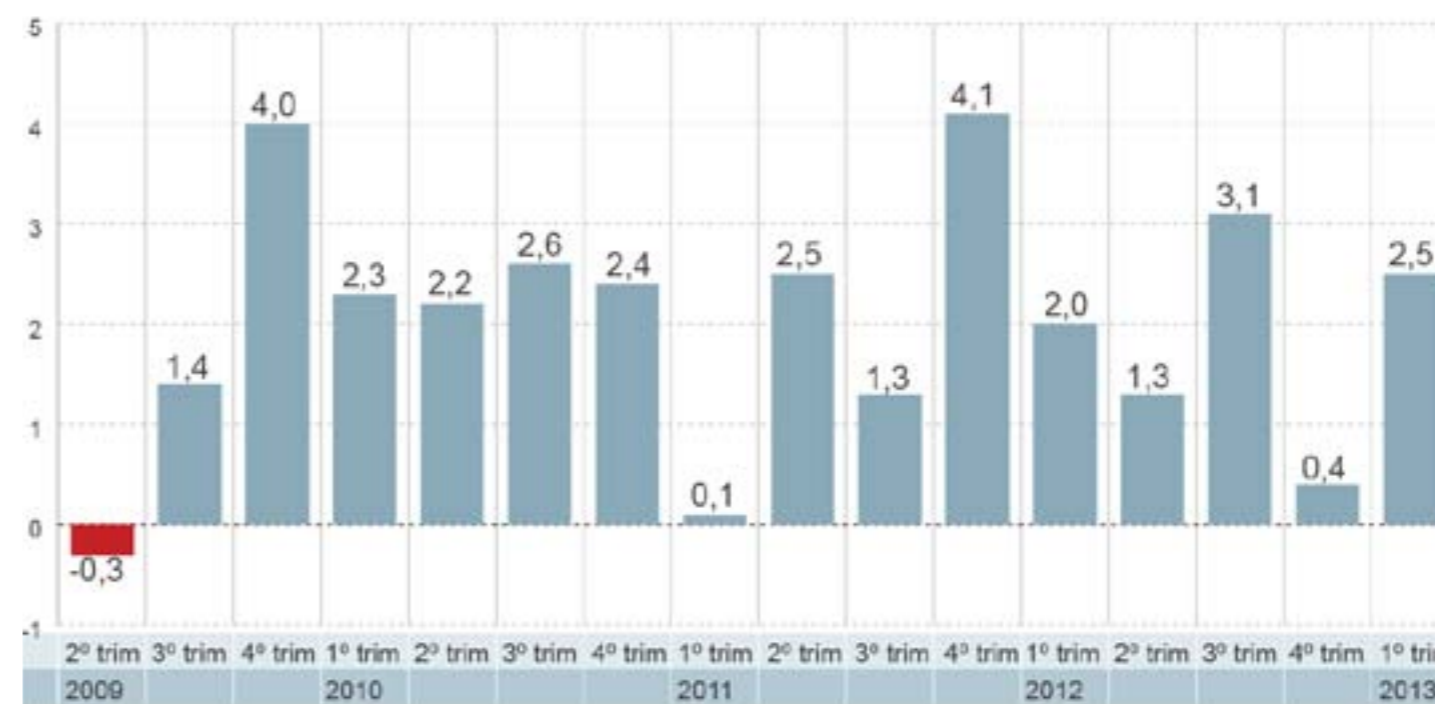
O alto endividamento público uma hora virá cobrar seu preço. O chamado “abismo fiscal” foi adiado, mas não resolvido. A austeridade que massacra a Europa precisará fazer parte do cenário norte-americano com mais força no curto prazo.

O que fica é a incapacidade da burguesia, de republicanos e democratas, resolverem qualquer questão do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. O que prossegue é a concentração de capital, o aumento da exploração da força de trabalho, a destruição de forças produtivas. Os trabalhadores norte-americanos, apesar da direção sindical majoritariamente traidora, já deu demonstrações de disposição de luta. Os próximos capítulos podem ser de intensificação da luta de classes no coração do capitalismo.

*Alex é membro da CE da Esquerda Marxista

Economia americana acelera, mas abaixo do esperado

PIB trimestral dos EUA anualizado, em %



Crédito: Departamento de Comércio dos EUA

Homem de Ferro 3: o melhor filme de super-herói de todos os tempos

*Luiz Bicalho

luizbicalho@gmail.com

**Não importa contradição
O que importa é televisão
Dizem que não há nada que
você não se acostume
Cala a boca e aumenta o
volume então**

**(Titãs – a melhor banda de
todos os tempos da última
semana)**

As críticas a Homem de Ferro 3 não lhe fazem justiça. Blockbusters. É assim que a imprensa chama aos grandes “enlatados” americanos, aos grandes filmes de Hollywood projetados para o sucesso. Estejam eles baseados num quadrinho qualquer, numa última invenção, num episódio histórico ou numa grande peça teatral de Shakespeare. Mas, de vez em quando, como a arte sempre tem episódios inesperados e por cima de toda a censura comercial e política, um filme “besta” de super-herói, sobre a superação “humana” é na verdade um dos filmes mais politizados e que denuncia a situação atual dos EUA. Sim, agora, eles não podem jogar o filme fora e fingir que ele nunca foi feito ou queimar o original. Os tempos de Hitler e Videla estão um pouco mais difíceis, e o filme “passou”.

As críticas feitas são de uma mediocridade que nos lembra sempre que crítico é o artista que não deu certo... Alguns acham que é uma “bela comédia”, um filme que dá um tratamento humano ao homem de ferro, mas a maioria dos admiradores de super-heróis sofre com todo o tratamento dado ao roteiro que, para ser preciso, esculhamba geral com os mitos e com as histórias em quadrinho, não respeitando poderes, origens ou sequências feitas em

histórias passadas. É um espanto e, para completar, o roteiro tem vários furos. Mas, apesar de tudo isso, apesar de todas as críticas, o filme se torna o que pode se chamar um sucesso financeiro. Um assombro! Razões para tal? De um lado a excelente atuação do ator principal (Robert Downey Jr.) e o inegável tom de comédia em todo o filme, até nas cenas de ação. Por outro lado, a minha suspeita é que a crítica implacável a política americana, a denuncia dos “homens públicos” do qual nenhum se salva impune, “herói” ou limpo, mostram que talvez o buraco seja mais em baixo.

Não conheço muito o diretor e roteirista Shane Blake (vi o filme O último grande herói, mas não era nada excepcional) e muito menos Drew Perce, de quem nada vi. Mas os dois juntos fizeram diferente (e daqui pra frente não leia quem não quer ter ideia nenhuma do que vai acontecer no filme).

O filme começa como qualquer bom filme de herói. Um terrorista com cara de Bin Laden e auto apelidado de Mandarin, detona bombas e manda recados pela TV. Nos recados denuncia mortes e desmandos feitos pelos EUA, desde as mortes de índios até outras invasões. E sempre aparece com uns caras vestidos a la mulçumanos. Tudo muito clichê. Sem entrar em detalhes, mas o chefe de segurança da fábrica de Tony Starky é ferido numa destas explosões. E Tony Starky, que todo mundo já sabe que é o Homem de Ferro, manda brasa numa entrevista desafiando o Mandarin a vir combatê-lo, que ele não tem medo e vai mandar o Mandarin para o inferno. Roteiro padrão de qualquer filme de bandido e mocinho, faroeste padrão. O que se segue também: o vilão ataca com vários helicópteros, a armadura não funciona direito na hora do ataque, a casa de Tony Skarky



Mandarin, o vilão de Homem de Ferro 3, comparado com Bin Laden

é destruída e ele é dado como morto, quando na verdade a armadura o salva e o leva para bem longe da confusão inteira.

Ai começa a diversão. O amigo de Tony que ganhou deste uma armadura e adotava o nome de Máquina de Combate se torna uma arma da CIA, comandado diretamente pelo presidente, com a armadura pintada nas cores americanas e pega o nome de Patriota de Ferro. Tony Starky morre de rir do novo nome e das cores. E, bom, lá vai o patriota de ferro atrás dos vilões que supostamente mataram Tony. E sucede-se um festival de endereços errados, aonde ele invade casas de inocentes no oriente e até uma fábrica com trabalho escravo. E nada dos vilões, mas ai é que ele se engana e é capturado pelo vilão.

Neste meio tempo, vem a jornada de Tony, abandonado no meio da neve e arrastando sua armadura. No final, com a ajuda de uma criança, vai consertando o troço, rouba o carro de um bandido, hakeia a conexão dos bandidos e descobre o endereço dos malvados. Aonde pergunta Tony pra sua inteligência artificial: no Afeganistão? Paquistão? Oriente Médio? África? Que nada, num lugar bem mais prosaico e suspeitadíssimo: Miami!

Sim, amigos, ai o filme começa a ficar interessante. Os bandidos estão em Miami! No centro dos EUA. E pra lá, sem armadura, qual James Bond redivivo, com armas inventadas e construídas numa oficina de fim do mundo, parte o nosso Vingador. E encontra o Mandarin...e que não tem a mínima ideia das explosões ou o porque de tudo aquilo, só ta se divertindo com cerveja e duas mulheres gostosas...

Não vou contar o final, mas já sacaram: o cara que parecia Bin Laden é apenas um títere dos americanos e nunca morou lá longe. Os terroristas estão dentro dos EUA. E bom, pra quem assistiu o filme é bom ver o papel do vicepresidente, aliados dos terroristas e do presidente que anistiou os responsáveis por um crime ecológico. Como eu disse, não sobra pedra de respeitabilidade nas instituições americanas. Divertido e político. O melhor filme de super herói de todos os tempos.

*Luiz Bicalho é membro da CE da Esquerda Marxista.